

**R**elatório  
**A**nual da  
**P**obreza  
**2004**

*O Combate às Causas  
da Pobreza*

Versão Apresentada ao 2º Painel  
do Observatório da Pobreza em Moçambique

*Coligido pelo G20.* Maio de 2004, Maputo.

Conferência Episcopal de Moçambique, Conselho Islâmico de Moçambique, Conselho Cristão de Moçambique, Movimento Islâmico de Moçambique.

Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical, Confederação dos Sindicatos Livres de Moçambique.

CTA – Confederação das Associações Económicas, Associação Industrial de Moçambique, Associação Comercial de Moçambique, Associação Moçambicana de Bancos.

União Nacional dos Camponeses, TEIA – Fórum Nacional de ONGs Moçambicanas, LINK – Fórum de ONGs, FÓRUM MULHER, FÓRUM TERRA, Rede Nacional do SIDA, Grupo Moçambicano da Dívida.

Fundação para o Desenvolvimento Comunitário, ORAM – Associação de Ajuda Mútua, KULIMA, ABIODES, CRUZEIRO DO SUL – Instituto de Investigação para o Desenvolvimento.

## **APRESENTAÇÃO**

Desde a fase da concepção do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, PARPA, que o Governo de Moçambique tem procurado a participação e o diálogo com a Sociedade Civil. O Observatório da Pobreza foi criado com a intenção de se constituir uma plataforma para o debate aberto, entre o governo e a sociedade civil *“como um instrumento vital para o aprimoramento da governação em todas as suas dimensões. A livre discussão dos problemas da população pode ajudar o governo a fortalecer as suas políticas, melhorar a provisão dos serviços públicos, melhorar a administração e clarificar o papel do Estado numa sociedade livre”* [Diogo.2002; p.11].

Aquando do primeiro painel do Observatório da Pobreza, foi pedido à Sociedade Civil que trouxesse as suas análises sobre a problemática da pobreza, para que o debate saísse enriquecido e, juntos, se pudesse reflectir como fazer mais e melhor. Foi neste contexto, que surgiu o Relatório Anual da Pobreza, como contributo da Sociedade Civil para o segundo painel do Observatório da Pobreza.

Enquanto organizações da Sociedade Civil louvamos a abertura do Governo de Moçambique para o estabelecimento de um debate contínuo e a possibilidade de, juntos, podermos analisar e procurar encontrar as melhores formas para se reduzir a pobreza, para se combater as suas causas e para se encontrarem mecanismos com vista a uma distribuição justa e sustentável da riqueza nacional.

Durante o ano transacto, as várias organizações da Sociedade Civil que foram convidadas a participar no primeiro painel do Observatório da Pobreza reuniram várias vezes e decidiram, colectivamente, elaborar um relatório que trouxesse as preocupações dos vários estratos da sociedade, as sugestões dos vários actores e propostas concretas de intervenção. Crentes das

confissões religiosas, trabalhadores sindicalizados, empresários registados em várias associações, camponeses membros de inúmeras associações e cidadãos que integram organizações da Sociedade Civil, recolheram a opinião de mais de oito mil pessoas em 102 dos 146 distritos rurais e urbanos de Moçambique e discutiram entre si, em dez seminários provinciais e num seminário nacional para produzirem este Relatório Anual da Pobreza.

Os recentes dados resultantes do Inquérito aos Agregados Familiares sobre a redução da pobreza, entre 1997 e 2003, em mais de dez pontos percentuais [MPF. 2004], são uma indicação das oportunidades para um cada vez maior envolvimento conjunto da Sociedade Civil, do Governo e da comunidade empresarial, para enfrentar o grande desafio de redução da pobreza e combate às suas causas.

O Relatório Anual da Pobreza de 2004 tem por tema o combate às causas da pobreza, dando um enfoque particular à participação da Sociedade Civil neste combate e à apresentação de um conjunto de sete propostas do G20, para o 2º painel do Observatório da pobreza. O Capítulo 1 menciona qual o percurso seguido para a elaboração deste relatório, chamando a atenção para o facto da sua elaboração ter contado com a participação de mais de 10000 cidadãos e cerca de 100 organizações da Sociedade Civil de Moçambique. Frisa ainda, que o levantamento realizado é um inquérito de opinião e que a metodologia seguida para o levantamento dos dados não permite que se faça qualquer extrapolação da informação recolhida para o nível nacional, mas que, a relevância do inquérito reside no facto de se ter trazido a voz do cidadão comum, integrada numa dinâmica de participação ao nível provincial. Não se trata pois, de um confronto com os dados oficiais, mas somente de um contributo baseado na opinião de milhares de cidadãos.

O Capítulo 2, intitulado “o pobre como sujeito activo” resulta da resposta à pergunta do questionário sobre que acções concretas poderiam ser realizadas pela Sociedade Civil no combate às causas da pobreza e posterior debate nos seminários provinciais. No 3º Capítulo aborda-se a questão da participação na monitoria e avaliação da pobreza, alertando-se para a necessidade de se desenvolverem mecanismos institucionais, que garantam uma participação mais abrangente dos cidadãos e das várias instituições locais do País. O Capítulo 4 incide sobre as percepções que os cidadãos entrevistados têm da pobreza, sugerindo-se que a definição de pobreza em Moçambique, seja reformulada com base no que foi recolhido e sintetizado nos seminários provinciais e no nacional.

O Capítulo 5 aborda as várias dimensões da pobreza, seguindo o modelo dos quatro eixos analíticos, adoptado pela Agenda 2025. São apresentados de forma sintética, o que tem sido feito pelo Governo e a opinião dos cidadãos entrevistados, sobre o que pode melhorar nos domínios do Capital Humano, Capital Social, Economia e Governação. O Capítulo 6 traz um conjunto de sete propostas da Sociedade Civil para discussão com o Governo durante o 2º painel do Observatório da Pobreza e o Capítulo 7 reporta os resultados alcançados após a análise e debate das propostas no painel.

## **CAPÍTULO 1**

### **O PERCURSO SEGUIDO**

Quando as organizações convidadas a participar no primeiro painel do Observatório da Pobreza, se encontraram pela primeira vez, decidiram constituir-se em grupo, tendo escolhido a designação de G20 – Grupo dos 20, uma vez que foram cerca de 20 as organizações que participaram no primeiro painel. Com o tempo muitas outras organizações se vieram a juntar, quer em Maputo como nas várias capitais provinciais, mantendo-se no entanto a designação de G20 por mera questão de simplificação.

Foi então decidido que a elaboração de um Relatório Anual da Pobreza – RAP, constituiria um contributo concreto da Sociedade Civil para o Observatório da Pobreza. O processo de elaboração do RAP foi, desde o início, tão importante quanto o relatório em si. Estávamos interessados que o maior número possível de cidadãos se envolvesse na discussão sobre, como reduzir a pobreza absoluta e combater as causas da pobreza, para que ela não voltasse a instaurar-se no País.

Com esse propósito foram definidos os seguintes objectivos do RAP:

1. Identificar a evolução das percepções sobre a pobreza em Moçambique, de acordo com as várias regiões, os grupos sociais, as actividades profissionais e as características dos indivíduos;
2. Avaliar a percepção sobre o impacto das acções, actividades ou projectos de redução da pobreza, no local de residência;
3. Verificar a evolução do aumento e distribuição da riqueza, de acordo com indicadores orientados para os interesses dos cidadãos e das relações sociais, que lhes estão subjacentes;

4. Estabelecer um diálogo aberto entre os cidadãos e os actores do desenvolvimento nacional, sobre o que é a pobreza e como combater as suas causas.

Para se alcançarem estes objectivos foram identificados dois instrumentos:

- A aplicação de um inquérito ao cidadão e um outro às instituições, pelo maior número de distritos possível;
- A realização de seminários provinciais e nacionais, onde se analisassem os resultados do inquérito e se recolhessem propostas concretas, para serem apresentadas ao 2º painel do Observatório da Pobreza.

A aplicação do inquérito foi feita pelas próprias organizações da Sociedade Civil, de acordo com as instruções para o preenchimento dos questionários, que foram elaboradas para o efeito. Em cada província foi seleccionada uma organização para coordenar a aplicação e recolha do inquérito. Foi pedido que por Distrito, se procurasse aplicar o inquérito a 100 cidadãos e ao maior número possível de instituições, tendo-se definido como instituição: a empresa, a ONG, a Igreja, a Mesquita, a associação e a cooperativa.

Até ao momento foram recolhidos mais de 8000 inquéritos, sendo cerca de 7000 ao cidadão e 1000 às instituições. Dos 146 distritos rurais e urbanos foram cobertos 102, o que corresponde a 70% do objectivo que a Sociedade Civil se propunha alcançar. Em todo este processo estiveram envolvidas mais de 10000 pessoas e cerca de 100 organizações da Sociedade Civil de Moçambique.



Durante o tratamento dos dados levantados, houve o maior rigor na análise dos inquéritos recolhidos. Cerca de 1000 inquéritos foram anulados, ou porque havia duplicação nítida das respostas de ficha para ficha, o que era indicativo do inquiridor ter preenchido as fichas sem o devido cuidado, ou porque as respostas eram totalmente incoerentes entre elas. Todos os dados foram processados em SPSS e os bancos de dados estão à disposição de qualquer estudioso, bem como de todas as organizações que constituem o G20.

O facto de o levantamento não ter validade de inquérito estatístico nacional, não diminui a sua relevância. A aplicação do inquérito permitiu trazer para o observatório, a voz de milhares de pessoas espalhadas por todo o País, que nas estatísticas oficiais da monitoria da pobreza, surgem escondidas por detrás da frieza dos números. Podia-se ter optado pela realização de muitos seminários, contudo haveria o problema da selecção dos participantes, dos tópicos a incluir na agenda e do rigor na redacção das sínteses. Ao terem-se combinado as duas metodologias, inquérito e seminários, ouviu-se o cidadão comum e deu-se um conteúdo concreto aos seminários provinciais.

O segundo aspecto relevante com a aplicação do inquérito e posterior análise em seminário provincial foi o da dinâmica desencadeada ao nível local e provincial. Muitas vezes foi dito que a iniciativa era boa, porque se estavam a perguntar coisas concretas e a pedir sugestões sobre como resolver os problemas, sobre quais as acções concretas que a Sociedade Civil poderia realizar, e quais as propostas a apresentar ao Observatório da Pobreza, para serem levadas a cabo pelo Governo, em articulação com a Sociedade Civil e o sector empresarial.

O terceiro elemento indicativo da relevância do levantamento foi o tipo de questões colocadas. Questões como segurança de posse de

terra ou a quem compete a tomada de decisão dentro da família sobre como aplicar a poupança, é um tipo de questão que, normalmente, não consta nos inquéritos quantitativos. Por outro lado, o terem-se incluído questões de natureza qualitativa como é usual num inquérito de opinião, serviu de estímulo para o debate nos seminários provinciais e no seminário nacional.

#### **PASSOS SEGUINTEs**

Depois do segundo encontro do painel do Observatório da Pobreza, o Relatório Anual da Pobreza vai ser publicado, contendo as conclusões e recomendações do painel, e será distribuído por todas as organizações. Prevê-se que o relatório venha a ser estudado nas igrejas, nas mesquitas, nas associações, nas cooperativas, nas empresas, nos sindicatos e nas ONGs, que se encontram nos 146 distritos rurais e urbanos do nosso País.

Mais tarde, terá lugar um seminário nacional, que contará com a participação de delegações, vindas de todas as províncias, para se fazer o balanço das actividades realizadas e se definir o plano de actividades para preparar a participação da Sociedade Civil, no terceiro painel do Observatório da Pobreza.

## CAPÍTULO 2

### O POBRE COMO SUJEITO ACTIVO

O pobre Moçambicano, não é objecto passivo que está à espera da implementação do PARPA para sair da pobreza absoluta. Ele e ela, têm opinião sobre o que podem fazer para reduzir a pobreza e aumentar a riqueza nacional.

Pelo menos, esta foi a mais significativa conclusão, depois de terem sido entrevistados mais de 8000 cidadãos, de se terem discutido as causas da pobreza e a forma de as ultrapassar, em dez seminários provinciais e num seminário nacional, entre os meses de Fevereiro e Abril de 2004. O Moçambicano é laborioso e tem capacidade para *assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar*<sup>1</sup>, o que lhe falta é a oportunidade para o realizar.

*Ser pobre não é nada*, estava escrito num barco de pescadores, estatisticamente pobres, de Inhambane. Por todo o País, para a grande maioria dos 8000 entrevistados e dos participantes aos seminários, o Moçambicano não é pobre, mas ficou ou está pobre, podendo sair dessa situação logo que tenha possibilidade para o fazer. Como dizia um dos entrevistados, *ser pobre, é não lutar para vencer a pobreza e para um outro ser pobre, é carecer de possibilidade para ultrapassar certas dificuldades*.

Se o problema não reside na falta de capacidade, mas na impossibilidade para ultrapassar certas dificuldades, então o combate à pobreza tem de, obrigatoriamente, passar pelo combate às causas da pobreza. O que é que os cidadãos entrevistados e os que participaram nos seminários, identificaram como formas de combate às causas da pobreza?

---

<sup>1</sup> Extracto da definição oficial da pobreza que consta no PARPA.

## COMBATE ÀS CAUSAS DA POBREZA

Através dos inquéritos e dos seminários foram identificadas 10 percepções sobre as causas da pobreza e 28 acções concretas para as combater, que podem ser implantadas pela Sociedade Civil. Além disso, os cidadãos que foram envolvidos neste processo de participação, elaboraram sobre que estratégia seria mais adequada ao nível nacional, para as implementar.

A análise dos dados recolhidos foi feita em torno dos quatro grandes eixos que norteiam a Agenda 2025, recentemente adoptada pela Assembleia da República. Estes eixos são:

- **Capital Humano** – a caracterização do Homem Moçambicano;
- **Capital Social** – a forma como ele se organiza em sociedade;
- **Economia** – a maneira como organiza e desempenha a actividade produtiva;
- **Governança** – como institucionaliza e pratica a gestão do Estado [Agenda 2025, p. 1].

No domínio do **Capital Humano** os cidadãos inquiridos expressaram como principais percepções das causas da pobreza (i) o baixo nível de escolarização e (ii) a doença.

As acções concretas que acharam que a Sociedade Civil poderia realizar na área da educação foram:

1. A participação na construção de escolas com materiais locais;
2. Encorajar a educação da rapariga;
3. Encorajar os jovens a ensinar os mais carenciados;
4. Participar na alfabetização de adultos;

5. Implementar programas especiais para as crianças que não têm acesso à escola;
6. Uso das escolas corânicas e as de outras religiões para ensinar o currículo e se reduzirem as taxas de analfabetismo.

Na área do combate à doença, disseram que era possível fazer:

7. A criação de um sistema de saúde comunitária baseado no saber dos curandeiros e dos mais velhos das comunidades;
8. Apoio na distribuição de redes mosquiteiras;
9. Participar na feitura de poços melhorados.

Na esfera do **Capital Social** as principais percepções sobre as causas da pobreza foram (iii) a falta de solidariedade e (iv) a falta de valores éticos, cívicos e morais.

Para o aumento da solidariedade foram mencionadas as seguintes acções para a Sociedade Civil:

10. Promoção da criação de associações de pessoas portadoras de HIV/SIDA;
11. Capacitação de associações;
12. Encorajar a população a preservar o meio ambiente;
13. Amparar os desfavorecidos;
14. Trocar experiências com outras comunidades;
15. Estabelecer rádios comunitárias.

Para uma maior interiorização dos valores éticos, cívicos e morais foram apontadas como acções:

16. Fomentar a educação cívica sobre os direitos e os deveres dos cidadãos e ainda sobre os valores morais e religiosos na educação familiar;
17. Apoio jurídico aos jovens reclusos.

No âmbito da **Economia** as percepções das causas da pobreza foram (v) a baixa produção e produtividade, (vi) dificuldades de acesso aos mercados e (vii) falta de crédito.

Para o aumento da produção e da produtividade apresentaram as seguintes acções concretas que a Sociedade Civil pode desencadear:

18. Organização de mais associações de produtores;
19. Ensinar a estabelecer o equilíbrio entre as culturas alimentares e as de rendimento;
20. Divulgar tecnologias modernas para as culturas;
21. Conciliar os conhecimentos científicos com conhecimentos locais no ensinamento de novas técnicas e tecnologias.

Para se ultrapassarem as dificuldades no acesso aos mercados sugeriram:

22. Apoiar a criação de mercados comerciais nos distritos para venda de produtos;
23. Fazer circular a informação sobre os preços dos produtos para se diminuïrem as discrepâncias entre os preços aos produtores e os lucros dos intermediários;
24. Apoiar no financiamento aos pequenos comerciantes com juros mínimos e prazos favoráveis.

E sobre a falta de crédito mencionaram:

25. Introduzir esquemas de micro-crédito.

No domínio da **Governança**, as percepções das causas da pobreza foram (viii) os roubos, (ix) a falta de registo civil e (x) corrupção.

Para acabar com os roubos foi sugerido que a Sociedade Civil poderia:

26. Apoiar a criação de núcleos para policiamento comunitário.

Sobre o registo civil foi proposto:

27. Ver como apoiar no aumento das brigadas móveis de registo civil.

E sobre a corrupção:

28. Participar em conselhos, que contem com a presença dos serviços públicos para se identificarem medidas concretas para cada tipo de casos.

### **ESTRATÉGIA DE COMBATE ÀS CAUSAS DA POBREZA**

Para além das sugestões de acções concretas, os cidadãos entrevistados e os que participaram nos seminários, opinaram sobre qual deveria ser a estratégia adequada à realidade de Moçambique para o combate às causas da pobreza.

O esboço de estratégia assentou em duas vertentes: **Aumento da Participação e Crescimento Agrário.**

Para que aumente a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, foram apresentadas as seguintes condições:

- Uma maior divulgação e discussão da informação, para que o cidadão possa estar activamente envolvido na resolução das questões que entram a redução da pobreza;
- A existência de um quadro institucional, que conte com a participação da Sociedade Civil, onde se faça o acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelos doadores e dos programas de acção governamental ao nível local.

Para o crescimento agrário foram apresentadas como condições:

- Um fomento agrário e pecuário que possibilite a adopção de tecnologias modernas que permitam aumentar a produtividade e a rendibilidade;

- A disponibilidade de capital inicial para a formação de micro-empresas e para o aumento de pequenas e médias empresas;
- A existência de investimento em agro-indústrias e em unidades de processamento dos produtos dos pobres.

### **CAPÍTULO 3**

## **PARTICIPAÇÃO NA MONITORIA E AVALIAÇÃO DA POBREZA**

De acordo com o PARPA a monitoria deve criar fluxos de informação eficazes, envolvendo todos os parceiros, para que ela possa servir como mecanismo de revisão contínua das metas e dos programas. O envolvimento dos cidadãos surge assim como indispensável.

### **O QUE FOI FEITO PELO GOVERNO**

No âmbito da monitoria e avaliação o Governo durante o ano transacto:

- Identificou as actividades prioritárias de acordo com a matriz reduzida de acções e indicadores;
- Em matéria da monitoria do impacto das políticas públicas, realizou o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF 2002-2003);
- Na componente da monitoria de impacto qualitativa, testou uma nova metodologia em Sofala;
- Estimulou a institucionalização do princípio de consulta pelos sectores, como aconteceu na Agricultura, Educação e Águas;
- Está a elaborar a regulamentação da Lei dos Órgãos Locais do Estado prevendo-se a criação de Conselhos de Consulta, desde a Localidade até à Província.

### **DADOS LEVANTADOS PELO G20**

O G20 procurou saber qual o nível de participação do cidadão e das instituições no acompanhamento da implementação do PARPA.

Os dados recolhidos mostram que:

- Nos últimos doze meses cerca de 30% dos cidadãos inquiridos participaram em, pelo menos, uma reunião sobre a pobreza;
- Dos que participaram, cerca de metade esteve em dois ou três encontros, o que demonstra que o envolvimento não foi esporádico;
- Ao nível das instituições, cerca de 44% participaram, em média, em dois encontros sobre a pobreza, sendo os sindicatos, os que mais activamente se envolveram e as empresas, as que menos foram solicitadas a abordarem a problemática da pobreza.

Interessava também saber a quem coube a iniciativa de organizar o encontro sobre a pobreza, tendo-se concluído que:

- O Estado foi o principal impulsionador do debate sobre a pobreza, cerca de metade das reuniões que tiveram lugar com o cidadão em todo o País, foram da iniciativa do Governo;
- As organizações da Sociedade Civil organizaram cerca de um quarto dos encontros e as autoridades tradicionais e as religiosas, tiveram um papel relevante em algumas províncias;
- Os grandes ausentes foram os partidos políticos. Somente 3% das reuniões em que os entrevistados participaram, foram organizadas pelos partidos;
- A maioria das reuniões que tiveram lugar nas empresas e nos sindicatos foi da iniciativa da Sociedade Civil.

Os resultados indicam que apesar de terem sido envidados esforços, tanto por parte do Governo como da Sociedade Civil, para uma maior participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, foram identificados 70% dos cidadãos e mais de metade das instituições inquiridas, que não participaram em

nenhuma reunião, para analisar a questão da pobreza em Moçambique.

Por outro lado, sabe-se que há diversas outras iniciativas em curso, como sejam, a constituição de núcleos distritais de monitoria e avaliação da pobreza nos distritos da Província de Nampula, vários estudos de natureza participativa levados a cabo por ONGs e variadíssimos seminários em associações e cooperativas de camponeses, que tiveram por objectivo a caracterização da pobreza e a identificação de acções concretas ao nível local para a redução da pobreza. Importa capitalizar sobre estas experiências e tirar à monitoria e avaliação da pobreza o carácter, de certa forma, não programado que o tem caracterizado.

Esta questão foi apresentada aos seminários provinciais, perguntando-se como aumentar a participação e como garantir um maior envolvimento dos cidadãos e das instituições na monitoria da pobreza.

Os relatórios dos seminários provinciais dizem que os participantes sugeriram que a participação fosse institucionalizada. Que deveriam existir órgãos onde, ao nível local as organizações e demais grupos de interesse, pudessem fazer o acompanhamento da implementação do PARPA e de outras acções para a redução da pobreza.

Sugeriram ainda, que numa primeira fase, por exemplo, ao longo do próximo ano, esses fóruns fossem criados nas capitais provinciais e que gradualmente fossem sendo estabelecidos nos distritos.

## **CAPÍTULO 4**

### **PERCEPÇÃO DA POBREZA**

A percepção do cidadão sobre a pobreza, é fundamental para a sua participação no combate à pobreza. A representação subjectiva da pobreza está relacionada com os valores e as preferências pessoais, mas também inclui elementos derivados da cobertura ou não, das necessidades vitais (rendimento, alimentação, vestuário e alojamento) e das causas das disparidades estruturais (acesso à terra e aos serviços, relações de género, etc.).

O PARPA define a pobreza como sendo a “incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e para os seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para a sua subsistência e bem estar, segundo as normas da sociedade” [PARPA, p. 10].

#### **O QUE FOI FEITO PELO GOVERNO**

O Inquérito aos Agregados Familiares, IAF 2002-03 identifica como limitantes da abordagem seguida para a recolha de dados:

- A impossibilidade de se fazer a análise da alocação dos recursos dentro da família, isto é, presume-se que há uma distribuição justa dos recursos entre os membros da família, independentemente das relações de género, das relações entre jovens e seniores e das relações entre os vários segmentos das famílias alargadas;
- A não identificação dos processos de tomada de decisão internos à família, ficando-se pela *habilidade* da família, como um todo, de satisfazer as necessidades básicas.

O principal problema relacionado com esta limitação, é de não se saber se a redução da pobreza por agregado familiar corresponde a uma redução real por membro do agregado ou não. Essa é mais

uma das razões porque se justifica o levantamento da percepção da pobreza, junto do cidadão individual.

#### **DADOS RECOLHIDOS PELO G20**

O inquérito do G20 procurou saber quais as percepções e causas da pobreza dos cidadãos e das instituições inquiridas.

As inúmeras respostas sobre “Para si o que é ser pobre?” [p. 2 inquérito] recolhidas foram primeiro agrupadas com base na semelhança das abordagens e, depois, nos seguintes quatro grandes grupos que derivam dos eixos da Agenda 2025:

- A pobreza derivada da não satisfação das necessidades vitais – *não ter comida, não ter roupa, não ter casa, não ter nada, não ter condições de sobrevivência, viver num País com calamidades;*
- A pobreza derivada das causas para o baixo rendimento – *não ter emprego, não ter dinheiro, não ter possibilidades, não ter meios de produção, não ter terra;*
- A pobreza relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais – *não ter saúde, ter deficiência física ou mental e ser marginalizado, não ter força para trabalhar, ser órfão, abandonada, viúva ou não ter “dono”;*
- A pobreza derivada da situação política – *viver num País com guerra, não ter amparo do Estado, viver de esmolas.*

Os dados recolhidos mostram que:

- Para cerca de 60% dos cidadãos nacionais, a pobreza está associada à impossibilidade de cobrir as necessidades vitais, ou seja, à situação de indigente. Para os restantes a pobreza deriva do baixo rendimento, ou das disparidades sociais, ou da situação política;

- Não se verificaram percepções diferentes em função do sexo do respondente, nem entre os crentes das várias confissões. Para os jovens, a indigência é a principal razão da pobreza enquanto que, para os mais velhos e os não-crentes, ela está associada ao baixo rendimento;
- Para os que têm emprego, estudos e os urbanos, ser pobre é ser indigente, enquanto que para os camponeses, os analfabetos e os que vivem nas zonas rurais, as causas da pobreza estão mais associadas às causas para o baixo rendimento;
- Entre as instituições, um peso maior recai sobre as causas para o baixo rendimento, embora se tenha verificado que as associações, ONGs, Igrejas e Mesquitas dão um peso, significativamente maior, às razões de natureza política.

O que estes dados indicam é de que, para mais de metade dos cidadãos e das instituições, os pobres são aqueles que nem conseguem satisfazer as suas necessidades vitais, porque não lhes é dada a oportunidade para tal. Contudo, entre o universo dos entrevistados que exprimiram outras percepções, a pobreza é ultrapassável caso haja oportunidade para tal.

Já o Fórum Mulher, no seu estudo *Abordagem para a Análise de Género do PARPA*, critica a definição de pobreza que consta no PARPA argumentando que se o conceito de pobreza não fica esclarecido dificilmente se poderá estabelecer uma estratégia correcta para a sua redução. Na sua opinião a pobreza definida como *incapacidade*, faz recair sobre o cidadão e a sua família a responsabilidade da sua própria pobreza, não se abordando a questão da distribuição justa e sustentável dos benefícios e da igualdade de direitos e oportunidades no acesso e controlo dos recursos. O documento do Fórum sugere que seria mais coerente falar da *impossibilidade* de aceder ao bem estar.

Acrescenta ainda que as mulheres, com as suas múltiplas actividades, são os principais actores na resolução do problema e as que obtêm o menor reconhecimento. O seu estatuto de subordinadas e dependentes marginaliza-as dos processos de tomada de decisões, tanto no espaço público, como no seio da família. São as principais excluídas no acesso e controlo dos recursos e na distribuição dos benefícios. A estratégia para a redução da pobreza tem de promover a mudança das relações de género que marginalizam a mulher.

Nos seminários provinciais deu-se particular atenção à definição oficial da pobreza em Moçambique. Os vários contributos podem-se sintetizar em dois aspectos particulares: (i) que o combate à pobreza não deve ser tido só ao nível individual e; (ii) que se deveria dar a perspectiva que o objectivo não é só satisfazer as necessidades básicas mínimas, mas o crescimento e desenvolvimento de todo o cidadão.

## **CAPÍTULO 5**

### **DIMENSÕES DA POBREZA**

As dimensões da pobreza foram construídas em torno dos quatro eixos da Agenda 2025, a saber: o Capital Humano, o Capital Social, a Economia e a Governação. Assim, a pobreza derivada da não satisfação das necessidades vitais, foi chamada Pobreza Humana. A Pobreza Social foi identificada com aquela que está relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais. A pobreza, derivada das causas para o baixo rendimento, foi chamada de Pobreza Económica. A pobreza, relacionada com questões de governação, foi apelidada de Pobreza Política.

#### **5.1. POBREZA HUMANA**

A Agenda 2025 define o Capital Humano como aquele que diz respeito aos factores que, directamente, influenciam a capacidade do homem de manter uma vida sã e sustentável. Às limitações neste domínio chamou-se pobreza humana.

O acesso às condições básicas de vida e bem-estar constitui o principal imperativo do PARPA. Trata-se da concretização de direitos humanos básicos, nomeadamente do direito aos alimentos, do direito à saúde e do direito à educação para todos os cidadãos Moçambicanos.

O PARPA é construído sobre um modelo que se baseia nas novas teorias do crescimento endógeno, o qual tem, o investimento das famílias na educação dos seus membros, como estratégico para sair da situação da pobreza. O investimento das famílias na educação dos seus filhos irá trazer retornos acrescidos pela via do acesso ao emprego e da adopção da inovação tecnológica no sector produtivo.

## **O QUE FOI FEITO PELO GOVERNO**

O IAF 2002-2003 indica que:

- Sofala é a Província onde o número médio de refeições consumidas no dia anterior ao inquérito foi o mais elevado enquanto que, Cabo Delgado e Inhambane, são as que têm o mais baixo;
- No campo da saúde dá particular relevo à propagação da pandemia HIV/SIDA, chamando a atenção para o agravamento da situação, na zona centro do País;
- No âmbito da educação, indica que a frequência escolar entre 1996-97 e 2002-03 passou de 61% para 80%, no grupo de idade seleccionado.

O Balanço do Plano Económico e Social de 2003 estabelece a relação com as Metas de Desenvolvimento do Milénio subscritas pelo Estado Moçambicano e constata que:

- Os indicadores do Sistema de Aviso Prévio para Segurança Alimentar e do TIA mostram resultados muito positivos no combate à fome e que o acesso à água potável nas zonas rurais aumentou entre 1992 e 2003 de 10% para 40% e nas zonas urbanas entre 1991 e 2003 de 29% para 33% das famílias;
- No referente à saúde, afirma que a mortalidade infantil está a reduzir pela acção combinada do Programa Alargado de Vacinações com o Programa de Saúde Materno-Infantil e Planeamento Familiar. Refere ainda que o combate à malária registou descidas, entre o ano de 2002 e 2003, na ordem de 1,6% no número de casos notificados e de 23% no número de óbitos registados. Sobre a projecção do impacto macroeconómico do HIV/SIDA chama a atenção que se prevê que os efeitos venham a ser mais fortes que os actuais para o período entre 2005 e 2010;

- No domínio da educação, salienta que há um forte crescimento na taxa de admissão do EP1, mas alerta para o problema da baixa qualidade da educação, que se reflecte nas altas taxas de repetição.

#### **DADOS RECOLHIDOS PELO G20**

O G20 concentrou-se sobre três áreas particulares relacionadas com a redução da pobreza humana:

- A segurança alimentar e o acesso à água, em quantidade e qualidade, durante todo o ano;
- A eficácia das redes de saúde na prevenção e no controlo das doenças que mais afectam o tempo de trabalho disponível e a qualidade de vida das famílias, nomeadamente aquelas cuja duração dos efeitos é mais do que três meses;
- A cobertura da rede escolar primária e as razões da eventual diferenciação dentro da família no envio dos filhos à escola.

No referente à segurança alimentar os entrevistados disseram que:

- Para dois terços dos inquiridos, a quantidade de comida consumida nos doze meses transactos à altura do inquérito foi insuficiente;
- Também a quantidade de água disponível, só foi suficiente para cerca de metade dos inquiridos.

Nas respostas relacionadas com a saúde do agregado familiar:

- Cerca de 40% das famílias entrevistadas tiveram algum membro doente por mais de três meses;
- Para 90% dos casos o Posto de Saúde é o primeiro local de recorrência em caso de doença, porém, 60% dos que se

deslocam aos postos de saúde declararam que não têm dinheiro para comprar os medicamentos que lá são receitados.

Na área da educação perguntou-se se as crianças em idade escolar iam à escola e se não iam quais as razões explicitadas por sexo. Os resultados foram os seguintes:

- Em mais de 60% das famílias, todas as crianças em idade escolar vão à escola, para um quarto das famílias apenas vão algumas das crianças e para cerca de 10% não vai nenhuma criança à escola;
- A principal razão porque não enviam os rapazes e as meninas à escola relaciona-se, segundo declararam, com a falta de dinheiro. A segunda razão para o não envio dos rapazes à escola prende-se com o trabalho (em particular o ganho-ganho) e as meninas com o casamento prematuro ou a gravidez precoce;
- O facto do chefe do agregado familiar ser homem ou mulher ou de a família habitar nas zonas rurais ou nas zonas urbanas, não surge como explicação para o não envio de algumas ou de todas as crianças à escola.

Os dados levantados mostram que, apesar dos positivos resultados alcançados, há ainda muito por fazer em matéria de realização dos direitos humanos. São ainda muitos os que têm a percepção de que a quantidade de comida e a água que as suas famílias consomem não são suficientes.

Preocupante é ainda o facto de uma tão elevada percentagem de famílias ter tido alguém doente por mais de três meses. Para além dos impactos agregados macroeconómicos que o relatório do Governo chama a atenção, há os efeitos ao nível da economia familiar. Ter alguém doente por mais de três meses significa que o fundo de tempo de trabalho da família foi afectado, houve um outro membro que teve de trabalhar pelo doente ou uma criança,

que ficou impossibilitada de ir à escola. Quando foi feito o cruzamento dos dados entre, ter tido alguém doente por mais de três meses e se a comida disponível foi suficiente, verificou-se que a maioria dos que tiveram um doente declararam que a comida foi insuficiente e que a quantidade tinha diminuído.

O segundo resultado preocupante prende-se com a declaração de falta de dinheiro, quer para comprar os medicamentos receitados nos postos de saúde, quer para o envio dos filhos à escola no nível do EP1. É preocupante uma vez que o Governo tem subsidiado o custo dos medicamentos e o ensino do EP1 é gratuito, ficando-se sem se saber porque é que esta situação se regista e como é que os esforços do Governo estão a ser minados, quando da prestação dos seus serviços junto do cidadão.

Estas questões foram levantadas nos seminários provinciais e no seminário nacional. Perguntou-se o que poderia ser feito para que a segurança alimentar fosse uma realidade para todos e os contributos recolhidos puseram uma grande ênfase na necessidade de se aumentar a produtividade do sector familiar, pelo menos, para os níveis alcançados pelo sector familiar nos países vizinhos. Para o caso da água, foi mencionada a necessidade de haver formação para a autoconstrução de poços melhorados, em vez de se ficar à espera que empresas os venham construir a expensas dos fundos do Estado.

A questão da falta de dinheiro para comprar os medicamentos e como justificação para o não envio dos filhos à escola foi objecto de particular atenção. Em todos os seminários a explicação foi a mesma – corrupção por parte dos funcionários que vendem os medicamentos, dos que procedem às matrículas nas escolas e na venda ilegal do livro escolar.

Para além disso foi ainda sugerido que houvesse um programa de alfabetização e de ensino básico alternativo para as crianças que

não têm a possibilidade de frequentar a escola primária e para as meninas que têm de abandonar a escola devido à gravidez ou ao casamento precoce.

## **5.2. POBREZA SOCIAL**

A Agenda 2025 identifica o Capital Social como a maior riqueza de Moçambique, dando particular destaque à diversidade cultural, afirmando que se ela for bem gerida pode constituir uma base sólida sobre a qual se pode fundar uma Nação coesa e indivisível. À pobreza relacionada com as disparidades estruturais ou questões sociais, foi chamada de Pobreza Social.

Uma das formas de avaliar o grau de desempenho do capital social é através do quadro institucional em que se resolvem e se actua na prevenção dos conflitos. O PARPA dá particular ênfase à eficiência do sistema legal e judicial, à segurança pública e à redução e contenção da corrupção, a todos os níveis.

### **O QUE FOI FEITO PELO GOVERNO**

Entre outras iniciativas do Governo o Balanço do Plano Económico e Social de 2003 destaca:

- A criação de um sistema de indicadores sobre a provisão de serviços ao público pelo sector de justiça e legalidade;
- A criação de um sistema de controlo do desempenho das procuradorias e dos tribunais;
- A continuação da reforma legal através da revisão da Lei dos Tribunais Comunitários, das leis da Família e das Sucessões, dos códigos Penal, do processo Civil, do Notariado e do Registo Civil;

- A programação de campanhas de julgamento e legalização dos casos de cidadãos em prisão preventiva cujos prazos estejam excedidos;
- O início de actividades com vista à revisão da legislação relativa às disputas comerciais e ao emprego.

#### **DADOS RECOLHIDOS PELO G20**

O G20, no seu levantamento, concentrou-se no aspecto particular da consistência do tecido institucional para a resolução e prevenção de conflitos ao nível local e na confiança do cidadão nas instituições do nível nacional. Para o efeito foram aplicadas três perguntas: a quem o cidadão recorre em primeira instância para a resolução de problemas sociais graves, qual o peso relativo que o cidadão dá às várias instituições para a resolução futura da imoralidade, da falta de ética e da criminalidade e em quem é que as instituições confiam para a resolução dos conflitos de natureza laboral.

Os dados levantados em relação à recorrência em caso de conflito social grave por parte do cidadão mostram que:

- Em mais de 50% dos casos é à família a quem se recorre em primeira instância, 20% dos inquiridos preferem as Autoridades Tradicionais, seguindo-se em terceiro lugar os Tribunais Comunitários;
- Não se registaram diferenças em função do sexo do respondente, mas, em relação à idade, verificou-se que há uma maior confiança dos velhos nas Autoridades Tradicionais e dos jovens e dos adultos nos Tribunais Comunitários;
- O nível de escolarização e o ambiente rural e urbano têm bastante influência na escolha da instituição a que se recorre. Os analfabetos e os que habitam nas zonas rurais dão maior preferência às Autoridades Tradicionais,

enquanto os mais escolarizados e os urbanos, preferem a família.

Sobre a resolução futura das situações de imoralidade, da falta de ética e da criminalidade, os entrevistados mostraram as seguintes preferências:

- Para 60% dos cidadãos a responsabilidade recai sobre a educação familiar e as autoridades do Estado;
- As Igrejas Cristãs dão um peso maior ao seu papel educacional enquanto que as Mesquitas Muçulmanas distribuem a responsabilidade entre elas e o papel desempenhado pela educação familiar.

Sobre a recorrência no caso de conflitos de trabalho graves:

- Os sindicatos são os que mais confiam nos tribunais e as associações e ONGs os que menos confiança neles deposita. As empresas têm clara preferência pelas autoridades governamentais, preferência essa que é muito menor entre os sindicatos, as associações e ONGs. Todavia, tanto as empresas como os sindicatos reconhecem a discussão interna como a mais indicada para a resolução dos conflitos de trabalho.

Família, Autoridades Tradicionais e Tribunais Comunitários são as três instituições a quem se recorre para a resolução de conflitos sociais graves. É preocupante o facto de, mesmo os mais escolarizados e os urbanos, não terem feito qualquer referência à recorrência a outros tribunais, bem como não terem mencionado a polícia ou outras autoridades do Estado. Embora se tenha mencionado o papel que o Estado deve desempenhar no combate à imoralidade, à falta de ética e à criminalidade, as suas instituições surgem como o grande ausente na resolução dos conflitos.

Preocupante é também o facto de para a resolução de conflitos laborais só os sindicatos recorrerem aos tribunais. Todos os outros

empregadores ou resolvem as coisas à sua maneira ou recorrem às autoridades governamentais. A ênfase dada no PARPA ao papel que o judiciário deve desempenhar para a pleno funcionamento das actividades económicas, não está a ser acompanhada pela prática das instituições da justiça do nível nacional.

Nos seminários provinciais foi perguntado porque razão a polícia e os tribunais não surgem como instância de recurso para a resolução dos conflitos sociais graves. Em relação à polícia uma vez mais foi mencionada a corrupção e a falta de confiança do cidadão comum nesta instância, quando tem algum problema para resolver. Sobre os tribunais foi também mencionada a corrupção, para além dos custos e da morosidade no atendimento dos processos.

Foi ainda apontada, a ineficácia dos tribunais na resolução dos conflitos de natureza comercial e laboral, como um entrave ao crescimento empresarial e como responsável pela deterioração das relações laborais. Falou-se ainda sobre a corrupção entre os mais diversos tipos de inspectores e fiscais que, em princípio, deveriam actuar na esfera da prevenção dos conflitos comerciais e laborais.

### **5.3. POBREZA ECONÓMICA**

Considerou-se como Pobreza Económica aquela que deriva das causas para o baixo rendimento. No domínio estritamente económico o PARPA define como áreas de acção fundamentais, porque essenciais para a redução da pobreza e crescimento económico, a agricultura e desenvolvimento rural, as infra-estruturas básicas e a gestão macroeconómica e financeira.

No âmbito da agricultura e desenvolvimento rural, o aumento da produtividade e o acesso ao mercado, particularmente, pelo sector familiar, são considerados como estratégicos. Em matéria de infra-

estruturas a estratégia reside na melhoria da rede de estradas para melhor permitir o acesso aos mercados e para reduzir os custos. Na área da gestão macroeconómica e financeira é tido como estratégico manter-se a inflação baixa, boa gestão das despesas públicas, promoção do comércio internacional, reforço da gestão da dívida interna e externa e a expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas.

### **O QUE FOI FEITO PELO GOVERNO**

O Balanço do Plano Económico e Social de 2003 enumera uma série de actividades que foram realizadas pelos serviços agrários de extensão, pecuária, apoio institucional e investigação, com vista a promover a produção e a produtividade através do encorajamento (i) à adopção de técnicas melhoradas, (ii) ao uso de insumos, (iii) à protecção de plantas e animais e (iv) às actividades pós-colheita.

No âmbito das infra-estruturas, em particular das estradas, o Balanço do PES, indica que 76% do que fora planificado para reabilitação e 79% para manutenção de rotina foi cumprido no ano 2003. No entanto o plano de reabilitação das estradas primárias só foi alcançado em 23% e o de manutenção de rotina em 20%.

Em matéria de resultados macroeconómicos o Balanço do PES destaca:

- O crescimento do Produto Interno Bruto de 7,1%, sendo o valor nominal do PIB alcançado de 102,753 milhões de contos;
- Uma taxa de inflação média anual de 13,5%;
- O prosseguimento da revisão legislativa na área do Investimento para estimular um maior envolvimento da iniciativa privada;
- O crescimento das exportações de bens em 29%.

## **DADOS RECOLHIDOS PELO G20**

O G20 no seu levantamento concentrou-se em três aspectos particulares: (i) acesso e posse da terra, (ii) orientação do investimento e (iii) rede dos serviços financeiros nas zonas rurais e entre as pequenas e médias empresas.

As actividades do Governo para o aumento da produção e da produtividade só terão efeito se houver garantia de acesso e posse da terra. A garantia de acesso à terra e a segurança de posse da terra são indispensáveis para a redução da pobreza, não só porque a grande maioria dos pobres depende do recurso terra, mas também porque é na terra (rural e urbana) e em actividades dela dependentes, que se concentram os investimentos produtivos, que têm efeitos multiplicadores na redução da pobreza.

Procurou-se saber se o inquirido tinha terra para cultivar e terra para habitação, a quem é que pertencia essa terra e qual a segurança de posse que o entrevistado tinha. Os resultados do inquérito indicam que:

- Mais de 75% dos cidadãos têm terra para cultivar e cerca de 80% têm talhão para a habitação. À excepção da Cidade de Maputo, onde só 33% diz ter machamba, em todas as outras províncias o acesso à terra e ao talhão cobre igual número de famílias não se registando diferenças nas respostas por sexo, grupo etário, nível de escolarização e grupo profissional do respondente;
- Em mais de 80% dos casos a terra e o talhão são da própria família, tendo 54% declarado que a terra pertence a ambos os cônjuges, cerca de 20% que pertence só ao homem e por volta de 10% que pertence só à mulher. A resposta de que a terra pertence a ambos foi idêntica por sexo, por grupo etário, por nível de escolarização e por grupo profissional do inquirido;

- Entre os cidadãos que têm terra há mais de 40% que não têm segurança de posse. Declararam que temem que o Estado lhes tire a terra ou o talhão. Os níveis de insegurança de posse da terra ou do talhão são maiores entre os que estão empregados, os jovens estudantes e os mais escolarizados;
- Mais de 70% das instituições têm o espaço físico que ocupa registado em nome da empresa ou da organização. Destes cerca de 17% acham que podem ser expropriadas pelo Estado.

Perguntou-se quando houve poupança doméstica onde é que ela foi investida e quem tomou a decisão sobre a aplicação desse capital. Por seu turno, também se perguntou às instituições onde investiram os eventuais lucros ou benefícios que obtiveram. Os resultados do inquérito foram os seguintes:

- Somente 35% das famílias inquiridas declararam ter feito poupança. Destas, metade guarda o que foi poupado como prevenção para qualquer necessidade, um quarto aplica-o em pequenos negócios e 10% na educação dos filhos;
- Para metade dos inquiridos a decisão sobre a aplicação da poupança é tomada em conjunto pelos cônjuges e num terço dos casos é só pelo homem. Os que habitam nas zonas rurais e os analfabetos são os que mais optam por tomar decisões em conjunto no seio da família e os urbanizados, em particular os casais da Cidade de Maputo, são os que menos tomam essa decisão em conjunto;
- Não se verificou diferença entre inquiridos, homens e mulheres, no referente ao fazer ou não poupança, todavia o mesmo não se passa em relação a outras variáveis. São os empregados, os que têm mais escolarização e os urbanos que mais declararam fazer poupança e mais investirem na educação dos filhos;

- Somente 52% das pequenas e médias empresas declararam ter tido lucros que foram aplicados em 38% dos casos em equipamento e 14% em imóveis, os restantes ou foram depositados no banco ou foram investidos de várias formas.

Constitui objectivo estratégico do PARPA a expansão dos serviços financeiros às áreas rurais e às pequenas e médias empresas, procurou-se assim saber se o cidadão ou a empresa teve necessidade de pedir crédito e quem foi o credor.

- Somente 22% das unidades familiares pediu crédito nos últimos doze meses;
- Em mais de 50% dos casos o principal credor foi a família ou os amigos, em 16% foi do sistema informal e a banca comercial cobriu 14% dos pedidos. O micro-crédito cobriu menos de 10% dos entrevistados;
- Quem mais pediu crédito foram os camponeses analfabetos, quem mais beneficiou do sistema informal foram os que têm a escola primária e da banca comercial, os que têm níveis mais altos de escolarização;
- Entre as pequenas e médias empresas, cerca de 40% pediram crédito, tendo o sistema informal coberto metade dos pedidos, a banca comercial 40% e projectos vários os restantes 10%.

A insegurança de posse da terra, e ainda por cima em relação às autoridades administrativas, é inadmissível no quadro legal existente em Moçambique. A Constituição da República reconhece os direitos à terra, por ocupação, e os direitos adquiridos por titulação. A Lei de Terras estipula que o Estado reconhece a prova testemunhal de ocupação de boa fé por mais de dez anos, e dá garantias de pleno uso e aproveitamento da terra pelos titulares de direitos. Não se compreende que haja uma percentagem tão elevada de cidadãos e de empresas e demais instituições que

temem que o Estado lhes possa *arrancar* a terra. Esta situação é tanto mais grave quando, os que têm maior insegurança de posse da terra são, os mais escolarizados, ou seja os que maior potencialidade têm de nela vir a investir.

A prevenção, como estratégia para minimizar os riscos, o investimento na educação dos filhos e a tomada de decisão sobre a aplicação do capital por ambos os membros do casal, são as principais características do comportamento actual em relação à poupança e investimento da economia doméstica. A inexistência de investimento na transformação tecnológica, muito embora se tenha dito que é necessário aumentar a produtividade e o Governo envidar esforços nesse sentido, não deixa de ser motivo de preocupação.

No referente à extensão dos serviços de crédito às zonas rurais e às pequenas e médias empresas é de destacar o facto de que apesar do Balanço do PES mencionar a cobertura dos vários serviços de micro-crédito a mais de 50.000 unidades produtivas, estes serviços não cobrem nem sequer 10% dos entrevistados. Por outro lado constata-se, como acontece em muitos outros países africanos, a forte presença do sistema informal ou paralelo ao sistema financeiro formal, o que sugere a necessidade urgente de se encontrarem formas de articulação entre o sistema financeiro formal, o sistema de micro-crédito e captação da poupança, e o sistema informal ou paralelo.

Nos seminários provinciais e no seminário nacional foi abordada a questão da falta de transparência na adjudicação e na gestão da terra e das florestas pelo Estado. Todas as instituições reclamaram ter o direito de acesso à informação sobre a alocação da terra e o direito de participação na gestão dos recursos naturais ao nível local, tendo para o efeito sido mencionado o Modelo de Gestão e Alocação da Terra produzido pela faculdade de Agronomia da UEM em conjunto com o Cruzeiro do Sul. O sector privado

reclamou a necessidade de ser mais célere o processo de registo da terra e haver maior abertura para a transmissão de direitos sobre a terra entre investidores.

Foi, igualmente, abordada a questão do emprego. O facto de desde o lançamento do PARPA se terem perdido mais 11.000 postos de trabalho não deixou de ser motivo de preocupação. A principal conclusão é que a promoção do emprego depende da melhoria do ambiente de negócios com vista a se estimular o aumento da produção e do seu rendimento. A empresa nacional surgiu como o ponto fulcral para o aumento dos postos de trabalho tendo-se pedido (i) valorização para o produto nacional, (ii) a desburocratização dos procedimentos de registo e de funcionamento e (iii) a rápida reabilitação e periódica manutenção das estradas.

Tanto os sindicatos, OTM – CS e CONSILMO, como o sector empresarial, CTA – Confederação das Associações Económicas, são unânimes em afirmar que as taxas de crescimento económico e a diminuição do índice de incidência da pobreza apresentados pelo Governo no Balanço do Plano Económico e Social 2003 e no Inquérito aos Agregados Familiares, não reflecte o desempenho empresarial nacional, nem a diminuição dos postos de trabalho e do poder de compra dos trabalhadores assalariados. Ambos, empresários e trabalhadores, reclamam a necessidade de, urgentemente, haver um enfoque das políticas governamentais no sector empresarial nacional, em particular, nas pequenas e médias empresas cujas actividades tenham efeitos multiplicadores na diminuição da pobreza.

Foi dito por várias vezes, em todos os seminários provinciais e no seminário nacional que o Estado deveria ter um papel activo, ao lado do sector privado e dos projectos, no investimento em infra-estruturas de armazenagem, na cobertura dos riscos e das taxas de juro para novos empreendimentos que tenham efeitos na

diminuição da pobreza. De acordo com os participantes aos vários seminários, este tipo de investimentos e de riscos não podem ser assumidos, na sua totalidade, pelas empresas e pelas unidades produtivas dos camponeses.

Um último aspecto referente a este ponto foi o da dívida interna e sua gestão. A imprensa tem vindo a divulgar números, leituras e interpretações diversas sobre vários aspectos da dívida interna. Perante isto os participantes aos seminários pediram para o Estado esclarecer sobre qual o montante, qual a evolução, quais as razões e quais as medidas que estão sendo tomadas no domínio da dívida interna.

#### **5.4. POBREZA POLITICA**

A Agenda 2025 define a Governação como sendo a acção política que visa alcançar os melhores resultados, tendo em conta os meios disponíveis, humanos e materiais, para a realização dos fins do Estado, nomeadamente a justiça, a segurança e o bem estar material e espiritual de toda a população do País, respeitando a sua História, os seus valores culturais e tradicionais e a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão. Neste contexto, definiu-se como pobreza política a derivada de situações de natureza política.

A manutenção da paz e da estabilidade sócio-política foi apontada, pelo PARPA, como pressuposto básico e serviu de elemento decisivo no desenho do primeiro cenário da Agenda 2025. Quanto maior for a participação do cidadão nos processos de tomada de decisão, maior é a possibilidade de se manter a estabilidade sócio-política e, como tal, de se perpetuar a paz em Moçambique.

O PARPA tem a boa governação, enquanto alta qualidade das instituições do Estado na provisão de serviços públicos para os

pobres, como fundamental para o sucesso da estratégia de redução da pobreza. Dá particular ênfase à descentralização e desconcentração, à reforma da administração pública e à redução e contenção da corrupção a todos os níveis.

### **O QUE FOI FEITO PELO GOVERNO**

O Balanço do PES destaca:

- A elaboração e aprovação da legislação dos Órgãos Locais do Estado e a elaboração em curso da sua regulamentação;
- A expansão do planeamento distrital participativo a 21 distritos;
- A extensão das unidades anti-corrupção às províncias e a preparação de um plano de acção.

### **DADOS RECOLHIDOS PELO G20**

O G20 no seu levantamento junto do cidadão e das instituições concentrou-se em duas questões essenciais:

- Na participação em encontros para a resolução dos problemas ao nível local, como indicador da efectividade da descentralização;
- Na recolha da opinião do cidadão e das instituições sobre se pode voltar a haver guerra em Moçambique. Procurava-se saber se o espectro da guerra continuava ou não presente.

Sobre a participação em encontros para resolver problemas locais verificou-se que:

- Cerca de 35% dos cidadãos entrevistados estiveram envolvidos na resolução dos problemas locais;

- O Estado só teve a iniciativa da convocação da reunião para cerca de um terço dos encontros. Na maioria dos casos a iniciativa pertenceu às organizações da sociedade civil. Por volta de metade das reuniões foi para resolver problemas do interesse do cidadão, seguidos de problemas de ordem social e por último de natureza económica.

Sobre o espectro da guerra as respostas foram as seguintes:

- Menos de 10% dos cidadãos e das instituições disseram que acham que pode tornar a haver guerra em Moçambique, 30% dos cidadãos e de 20% das instituições disseram que talvez possa haver guerra e os restantes 65% dos cidadãos e 73% das instituições declararam que não vai haver guerra;
- Nas províncias de Sofala e Maputo e na cidade Capital foi onde se registou o maior receio do retorno da guerra e Tete e Zambézia referiram-se à possibilidade de que tal viesse a acontecer;
- Os velhos são os que têm mais certeza que a guerra não volta e os jovens e os analfabetos os que têm mais dúvidas. Não se registaram diferenças entre o meio rural e o meio urbano nem entre os homens e as mulheres que responderam ao inquérito.

Os dados mostram que os esforços de descentralização devem ser acompanhados pelo fluxo no sentido inverso, que se reflecte na participação e no “*empowerment*” ao nível local. Nesse sentido os seminários provinciais mencionaram o facto de, muitas vezes, os esforços de consulta desencadeados pelo Governo não serem mais do que encontros para informação do que já foi resolvido e onde as sugestões dos consultados não são tomadas em consideração. De acordo com os participantes aos seminários há uma diferença conceptual com implicações institucionais entre, como é que o estado se articula com o cidadão (por exemplo através da consulta)

e como é que o cidadão se articula com o Estado (por exemplo as antigas Assembleias do Povo).

Foram mencionadas várias iniciativas em curso que vão na direcção Cidadão – Estado, como por exemplo, os comités locais e as comissões de desenvolvimento local que foram criadas em Tete, Nampula, Manica, Sofala e Maputo e os comités para a gestão participativa dos recursos naturais criados em Maputo, Gaza, Manica e Zambézia. Esta participação do cidadão nos processos de tomada de decisão sobre a coisa pública e sobre os problemas que o afectam directamente e às gerações vindouras, no entanto, deve ser permanente e consciente. A delegação do poder através do voto nos partidos políticos, a chamada democracia representativa, é tão somente, uma das formas de participação que, de acordo com a Agenda 2025 pode e deve ser complementada pela institucionalização da participação através da adopção de mecanismos de democracia participativa.

Nos seminários provinciais foram igualmente abordadas as questões da burocracia e da corrupção. Foi comum, a todos eles, pedirem-se medidas urgentes e concretas para o combate à corrupção e para a diminuição da burocracia.

## **CAPÍTULO 6**

### **PROPOSTAS DO G20 PARA O 2º PAINEL DO OP**

Com base nos dados recolhidos e nos debates nos seminários provinciais, o G20 preparou um conjunto de sete propostas para o 2º Painel do Observatório da Pobreza e pede a sua adopção pelo Governo. Estas propostas foram analisadas no seminário nacional da Sociedade Civil para a Preparação da sua Participação no Observatório da Pobreza que teve lugar no dia 3 de Maio de 2004 na Cidade de Maputo e tiveram em consideração o que consta da Agenda 2025.

#### **DEFINIÇÃO DE POBREZA**

1. Que a definição oficial da pobreza em Moçambique passe a incorporar mais alguns dos elementos da percepção que os Moçambicanos têm da pobreza. Assim, sugere-se que passasse a ser, por exemplo, *a impossibilidade das famílias, das associações e das empresas terem acesso às condições que lhes permitam satisfazer as suas necessidades básicas e perspectivar o seu crescimento e desenvolvimento no mais breve período de tempo possível.*

#### **ESTRATÉGIA**

2. Que, na sequência do aprofundamento da democracia participativa advogada pela Agenda 2025, seja dinamizada a criação de Conselhos de Consulta aos mais diversos níveis dos órgãos locais do Estado, com prioridade para os níveis provincial e distrital (rural e urbano) cuja composição conte com representantes dos grupos de interesse que compõem o G20 e dos partidos políticos, entre outros que, eventualmente, venham a ser identificados.

3. Que estes Conselhos de Consulta tenham entre os seus objectivos a mobilização para a participação na análise sistemática da situação da pobreza (ii) e identificação de acções concretas que possam contribuir para o combate às causas da pobreza no seu respectivo nível. Entre outras funções, os Conselhos poderão: (i) monitorar a implementação do PARPA, (ii) participar na definição das opções e prioridades do Orçamento do Estado ao nível local, acompanhar a sua execução e é ouvido na prestação de contas, (iii) participar na definição de programas concretos de combate à corrupção, (iv) participar na gestão e alocação da terra de forma a se aumentar a eficiência alocativa e de uso da terra, se monitorizarem as transacções de direitos entre as unidades produtivas e a aumentarem os investimentos produtivos na terra.
  
4. Para ser sustentável a luta contra as causas da pobreza deve ter como foco a manutenção e a geração de emprego e de auto-emprego, através do fomento do sector empresarial nacional, com destaque nas pequenas e médias empresas e nas associações e cooperativas. Para o efeito, e tal como consta na Agenda 2025, deverá ser criado um pacote de incentivos às empresas (incluindo as cooperativas e associações similares) cujas actividades têm efeitos directos sobre os pobres. A identificação do tipo de incentivos e dos critérios para a sua aplicabilidade deve ser objecto de análise conjunta pelo Governo e as associações dos sectores empresarial e cooperativo.

#### **REFORMAS DO ESTADO**

5. Que, no âmbito das reformas do Estado em curso, seja identificado o contributo concreto que a Sociedade Civil pode dar: (i) para a desburocratização dos serviços relacionados com o sector produtivo; (ii) no combate à corrupção nas redes dos

serviços de saúde, educação, entre as forças policiais e nos sectores que lidam com a alocação de direitos sobre a terra; (iii) na identificação de formas operacionais de articulação entre os sistemas jurídico e judiciais “informal” e “formal”.

### **SÓCIO-ECONÓMICAS**

6. Que no próximo ano se dinamizem as actividades de investigação que permitam identificar: (i) vias concretas e factíveis para o aumento da produtividade e rendibilidade das machambas familiares; (ii) formas para promover a autoconstrução de poços melhorados; (iii) programas de alfabetização e de escolarização básica alternativa para as crianças que não têm a possibilidade de frequentar a escola primária; (iv) formas de prevenir e minimizar os impactos do HIV/SIDA e outras pandemias.
  
7. Que, no seguimento do que consta na Agenda 2025, seja criada uma instituição financeira para o desenvolvimento que tenha por objectivo principal a promoção de mecanismos financeiros que operacionalizem acções viáveis de cidadãos, de produtores nacionais e de entidades da sociedade civil que tenham efeitos multiplicadores na redução da pobreza. Esta instituição financeira deverá ter um papel catalizador na captação da poupança e no crédito rural. O seu capital social deverá contar com a participação de organizações da sociedade civil, do sector privado, do Estado, dos parceiros internacionais e de fundações internacionais com fins filantrópicos.

## **CAPÍTULO 7**

### **RESULTADOS DO 2º PAINEL DO OP**

O encontro do 2º Painel do Observatório da Pobreza teve lugar no dia 17 de Maio de 2004 e contou com a presença de S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República, da Primeira Ministra de Moçambique acompanhada por vários membros do Governo, de representantes da Comunidade Internacional e da Sociedade Civil representada pelo G20.

Após o debate das propostas do G20 concluiu-se o seguinte:

[Nota: Este capítulo será terminado depois do encontro do 2º Painel. Os resultados alcançados serão assim divulgados por todas as Organizações da Sociedade Civil que participaram na elaboração deste relatório. Este será pois um exercício de devolução aos que contribuíram sobre o prosseguimento dado às suas sugestões.]

**Referências:**

**Agenda 2025.** 2003. Agenda 2025: Visão e Estratégias da Nação; mimeo; Maputo.

**Diogo, Luísa. 2000.** *Experiência e Desafios de Boa Governação em Moçambique*, in: MPF. 2002. A Economia Moçambicana Contemporânea; Imprensa Universitária; Maputo; pp. 5-14.

**Fórum Mulher.** 2003. Abordagem para a Análise de Género do Programa de Acção para a redução da Pobreza Absoluta – PARPA; Elográfico, Maputo.

**GoM, Governo da Republica de Moçambique. 2001.** Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (versão final aprovada pelo Conselho de Ministros, Abril de 2001); mimeo; Maputo.

**GoM. 2004.** Balanço do Plano Económico e Social de 2003; mimeo; Maputo.

**MPF, Ministério de Plano e Finanças. 2004.** Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional - IAF; mimeo; Maputo.

Este relatório foi patrocinado pelas organizações do G20 e pela OSISA – Open Society for Southern Africa, a sua versão digitalizada bem como os bancos de dados podem ser consultados na página da Internet [www.iid.org.mz](http://www.iid.org.mz).